

Número de candidatos por partido não muda mesmo com coligação

Brasília — Independente das coligações, cada partido só poderá lançar candidatos em número igual a uma vez e meia a quantidade de vagas a preencher na Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas. A decisão foi tomada pelo Tribunal Superior Eleitoral, que rejeitou os recursos do PMDB, PDT e PTB solicitando a revogação desta norma, baixada pelo próprio TSE e que não estava prevista na lei aprovada pelo Congresso e sancionada pelo presidente da República.

No caso de uma coligação de dois partidos, ela pode lançar candidatos até o dobro do número de vagas em disputa; e na coligação de três ou mais partidos esse número pode chegar ao triplo. No entanto, o limite máximo de candidatos por partido que pertença à coligação será sempre de uma vez e meia o número de vagas de deputados, ou seja, é como se o partido concorresse isoladamente às eleições.

O relator da matéria, ministro William Patterson, deu parecer favorável aos recursos dos partidos, acompanhando o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, mas os outros seis ministros, inclusive o presidente do tribunal, José Nery da Silveira, votaram contra.

Pela interpretação dos políticos, a lei aprovada pelo Congresso liberava o número de candidatos que cada partido poderia lançar, se realizasse coligação, prevalecendo o limite apenas para o número total de candidatos da coligação. Ao regulamentar a lei, o TSE acrescentou um parágrafo que limitou os candidatos a uma vez e meia ao número de vagas, mesmo se houver coligação.

Por exemplo, no Rio de Janeiro, uma coligação entre o PMDB, o PL e o PFL têm direito a lançar 138 candidatos à Câmara — a representação do Rio é de 46 deputados — e 210 candidatos à Assembléia Legislativa, já que são 70 deputados estaduais. Pela interpretação dos políticos, nenhum dos três partidos teria limite de candidatos, desde que fosse respeitado o número máximo permitido para a coligação.

Com o regulamentação do TSE, essa mesma coligação no Rio, por exemplo, continuará tendo direito a lançar 138 candidatos à Câmara e 210 candidatos à Assembléia, mas nenhum dos três partidos poderá registrar mais do que 69 candidatos para a Câmara e 105 para a Assembléia.

Na sessão extraordinária do TSE, ficou esclarecido ainda que nas coligações os candidatos ao Senado que concorrem a uma vaga utilizando-se do sistema de sublegenda devem ser todos do mesmo partido.